

As exigências de estatísticas variam diretamente em função da participação do governo no processo econômico. A grande virtude do mercado é a sua capacidade de transformar decisões isoladas de indivíduos, atuando com base em informações diretas, numa alocação eficiente de recursos. No momento, contudo, é amplamente reconhecido que os mercados não funcionam de maneira ideal no contexto do subdesenvolvimento e que a intervenção pública é essencial. Mas esta intervenção, para ser efetiva, deve ser guiada e dirigida pelo conhecimento das complexidades e interrelações do processo econômico.

Infelizmente, enquanto a necessidade de informações tende a variar em razão inversa ao nível da renda, tal não ocorre com a quantidade e qualidade dessa informação. Assim, o presente Plano Nacional de Estatísticas Básicas é, especialmente bem-vindo, e mesmo essencial. Este estudo aborda seus principais aspectos do ponto de vista das necessidades do planejador geral, que se sintetizam na elaboração de séries de contas nacionais precisas e atualizadas. Sendo tais séries medições derivadas, sua qualidade dependerá das séries primárias a serem coletadas. Assim, apesar do grande esforço da Fundação Getúlio Vargas, a falta de dados disponíveis tornou as séries agregadas imprecisas, atrasadas e incompletas. Por estas razões, focalizar-se-ão, a seguir, as atuais deficiências das contas bem como indicações para adequação das séries básicas a uma metodologia diferente.

O planejador precisa das contas nacionais, por três óticas distintas: da produção, da despesa e da distribuição. Esses métodos alternativos de cálculo fornecem não somente a possibilidade de testar os dados, mas também constituem informação igualmente importante e distinta, referente aos agregados econômicos. Para análise da disponibilidade de recursos na economia, o planejador precisa conhecer os padrões de consumo e de poupança privada; para avaliação da alocação de recursos, deve ter conhecimento detalhado da evolução setorial; para interpretar o comportamento do sistema, deve acompanhar

1PEA  
176

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO DE PESQUISA  
ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA  
(IPEA)  
N.º 2897  
Data 9 / 10 / 68

deve acompanhar a estrutura de distribuição de renda. Contudo, as atuais contas nacionais estão completas somente em sua composição pela ótica da remuneração de fatores; e apenas nu na forma que agrega t $\hat{o}$ da a renda rural. As outras contas s $\hat{a}$ o apresentadas apesar de n $\hat{a}$ o serem deduzidas independentemente. Assim, o consumo privado e o investimento privado s $\hat{a}$ o obtidos residualmente. No lado da produ $\hat{c}$ o, os valores adicionados pa ra ind $\hat{u}$ stria e servi $\hat{c}$ os constituem somas de pagamentos por fa tores e n $\hat{a}$ o uma medida direta de produ $\hat{c}$ o bruta menos consumo intermedi $\hat{a}$ rio;

Outra dificuldade reside no m $\hat{e}$ todo de determina $\hat{c}$ o do produto real. Para o planejador, as grandezas reais s $\hat{a}$ o frequ $\hat{e}$ ntemente mais importantes do que as medidas em cruzeiros cor rentes. O v $\hat{i}$ nculo entre as duas  $\acute{e}$  um deflator que pode, ent $\hat{a}$ o, servir como um indicador de infla $\hat{c}$ o no sentido mais agregado. As contas brasileiras estimam o produto real diretamente e de duzem o deflator como de forma residual. O  $\acute{i}$ ndice do produto real  $\acute{e}$  uma agrega $\hat{c}$ o em cadeia de sub $\acute{i}$ ndices setoriais, os quais s $\hat{a}$ o, por sua vez, agrega $\hat{c}$ oes de produtos individuais, com pon dera $\hat{c}$ oes determinadas pelo valor adicionado do ano anterior.<sup>(x)</sup> Esses setores principais s $\hat{a}$ o: agricultura, ind $\hat{u}$ stria, com $\acute{e}$ rcio, transporte e comunica $\hat{c}$ oes, gov $\acute{e}$ rno, servi $\hat{c}$ os e alugu $\acute{e}$ is. Assim, podemos escrever o  $\acute{i}$ ndice de produto real num ano, como sendo igual a

$$I_t = \sum W_{it-1} X_{it} \cdot \sum W_{it-2} X_{it-1} \cdot \dots \cdot 100$$

onde  $I_t$   $\acute{e}$  o  $\acute{i}$ ndice do produto real no ano  $t$

$W_{it}$   $\acute{e}$  a propor $\hat{c}$ o do valor adicionado do setor  $i$  no ano  $t-1$

$X_{it}$   $\acute{e}$  o  $\acute{i}$ ndice de quantidade do setor  $i$  no ano  $t$  relativo ao ano  $t-1$

---

(x) A partir de 1962, contudo, a falta de dados tornou necess $\hat{a}$ ria a combina $\hat{c}$ o de v $\acute{a}$ rios setores de servi $\hat{c}$ os em um se tor terci $\hat{a}$ rio  $\acute{u}$ nico, baseado numa pondera $\hat{c}$ o fixa 1962 - - 1966. Agricultura, ind $\hat{u}$ stria e servi $\hat{c}$ os, assim agrega dos, continuaram a ser ponderados numa base anual.

Dois tipos de comentários podem ser feitos sobre esta metodologia. O primeiro é técnico, e se relaciona com a utilização de um índice em cadeia. Sua principal vantagem é a facilidade de inclusão de novos produtos, já que somente a comparação entre anos adjacentes é requerida; além disso, o sistema de ponderações móveis compensa tendências associadas com a utilização de ponderações fixas de anos iniciais da série ou de anos mais recentes.<sup>(xx)</sup> Todavia essas vantagens têm um custo. Em primeiro lugar há a dificuldade de interpretação. Se bem que dois anos adjacentes sejam comparáveis porque são idênticamente ponderados, todos os outros não o são. A taxa de crescimento única dada pelo índice em cadeia é, portanto, uma medida de certa forma arbitrária. Poderia ser mais vantajoso ter uma série de taxas de crescimento, todas baseadas em esquemas de ponderação comparáveis. Desta forma, a taxa de crescimento, em cruzeiros de 1949, seria diferente da série a preços de 1953 ou 1959, e as diferenças poderiam ser interpretadas como conseqüências de mudanças estruturais.

Um segundo problema técnico surge do fato de que os dados englobam flutuações cíclicas. Se boas colheitas, por exemplo, resultam em preços relativos mais baixos, o índice em cadeia exagera a taxa de crescimento.

---

(xx) Quando os preços têm correlação negativa com quantidades, ponderações de anos iniciais da série produzirão taxas de acréscimo mais altas do que ponderações de anos mais recentes.

## Esemplificando:

	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Produção	Preço	Produção	Preço	Produção	Preço
x	100	2	160	1,5	100	2
y	40	6	30	8	40	6
z	70	4	100	3	70	4
Valor ...	720		780		720	
Índice (Laspeyres base no ano 1)	100		125		100	
Índice (em cadeia)	100		125		109	

O índice em cadeia resulta num crescimento de 9 por cento entre o primeiro e o terceiro ano, embora os níveis de produção sejam idênticos. A explicação dessa anomalia é a correlação negativa entre preço e quantidade entre o segundo e o terceiro anos, e o uso dos preços do segundo ano para calcular a taxa do acréscimo. O resultado, então, ilustra a tendenciosidade inevitável das comparações de um ano com outro, que nenhuma encadeamento pode encobrir. Ao contrário, quando não há nenhuma tendência substancial nos preços relativos num período dado, e portanto nenhuma grande diferença nas ponderações de anos iniciais ou mais recentes da série, um índice em cadeia introduz uma tendência ilusória devida a variações cíclicas.

Isso, talvez, auxilie a explicar como um índice de quantidade de base fixa de 1955, para agricultura, produz uma taxa de crescimento muito mais baixa para o período 1960-66 do que o componente agrícola do índice do produto real.<sup>(x)</sup> O primeiro indica uma taxa cumulativa de crescimento de menos de 9 por cento, o último, de quase 30 por cento. Essas taxas são bem distintas em suas implicações. Da mesma forma, a utilização de ponderações fixas para os índices de quantidade de produção por subgrupos industriais (êles próprios índices em cadeia), resulta numa taxa anual de crescimento industrial de 8.4 por cento, entre 1955

e 1964, em lugar dos 9.4 por cento das contas nacionais.

As conseqüências do modo de ponderação utilizado, assim, podem ser significativas. Apesar das vantagens do índice em cadeia no passado, quando a introdução de novos produtos e a irregularidade de dados/permitiam outra escolha, essas vantagens são menos evidentes para o futuro. Além do mais, para o planejador, as próprias diferenças nas taxas de crescimento calculadas usando bases diferentes proporcionam informação valiosa sobre variações nos preços relativos. O plano nacional de estatística deve, assim, fornecer índices setoriais de produção com bases fixas - sendo conveniente mais de um ano base - que podem ser usados no cálculo de índices de produtos reais mais agregados.

Além dos problemas de ponderação acima descritos, o índice do produto real atual apresenta dificuldades ainda mais sérias. O conceito de produto real para agricultura e indústria é bastante claro, mas o mesmo não ocorre em relação a serviços. Apenas quanto a certos serviços selecionados tem-se uma medida objetiva de produto -- por exemplo: cheques compensados, transações comerciais, etc. É possível considerar também outras medidas físicas tais como consultas médicas, alunos formados, etc., surgindo, porém, a dificuldade de avaliar as variações de qualidade. Ainda mais problemática é a estimativa do produto gerado por empregados do governo ou pelos serviços domésticos. A metodologia atual contorna estes problemas pela utilização de uma taxa de crescimento constante, determinada pela expansão do emprêgo entre 1940 e 1950 (2,4% no caso do setor governamental e 3,0 % para os serviços). Assim, para uma parcela de produto real representando cerca de 20 por cento do total, apresenta-se uma taxa reduzida fixa de crescimento determinada pela experiência histórica e com pouca relevância para o presente. A função de produção implícita nessa técnica é singular.

(x) Os índices de quantidade de Laspeyres para extração vegetal, pecuária, e culturas principais do Instituto Brasileiro de Estatística foram ponderados pelas proporções no valor adicional de 1956 (já que 1955 não era disponível).

A produtividade média do trabalho declina a uma taxa que resulta da diferença entre a elevada taxa real de expansão do emprego e a taxa arbitrária predeterminada para o crescimento do produto. Nestas condições o produto marginal do trabalho é nulo, sempre que o ritmo de crescimento da força de trabalho realmente ocupada excede a taxa de crescimento do produto. Isto é, para quase todos os anos nas duas últimas décadas, a produtividade marginal do trabalho foi zero.

É compreensível que num contexto em que a absorção de mão-de obra pelo setor de serviços pode simplesmente representar subemprego, a medida convencional de serviços -- valor do produto estimado a partir do valor dos insumos -- possa não ser apropriada. Entretanto, as Contas Nacionais em cruzeiros correntes, adotam como medida do produto dos serviços, as remunerações pagas pelo setor.

Aqui, então reside a contradição fundamental entre os métodos adotados para a determinação do produto real, de um lado, e a renda nacional em cruzeiros correntes, do outro. Para haver consistência com o produto real, conforme presentemente definido, uma grande parte dos salários pagos pelo governo, e das remunerações dos fatores do setor serviços, devem ser tratados como transferências; vale dizer, remunerações que não têm contrapartida em produção de bens ou prestação de serviços. Outra alternativa seria redefinir o índice de produto real. Não há nenhuma razão plausível em aceitar a taxa arbitrária atualmente empregada neste índice e de rejeitar a contabilização dos pagamentos de fatores observados. A não ser que uma demonstração convincente possa ser feita de que a produtividade marginal seja zero, no período considerado, parece preferível utilizar o método convencional de avaliação do produto real, já que as baixas rendas da mão-de-obra absorvida no setor servem para indicar o grau de subemprego existente.

Por estas razões, convém, numa primeira etapa, limitar os índices do produto real própriamente dito a setores onde exista produto homogêneo. Para a maioria dos serviços, o melhor seria a utilização de um índice dos insumos, cuja construção já representaria um passo importante. Deve-se notar que êste procedimento eliminaria a contradição implícita na metodologia atual e permiti

ria em cálculos consistente de produto real. O efeito aproximado seria de aumentar sensivelmente a taxa de crescimento global entre 1949 e 1959: de 5,6 % a 6,6 %.

## II

Se bem que esta modificação possa tornar mais preciso o índice de produto real, faz-se necessário ainda uma visão do produto pela ótica de despesa, pelas razões já referidas anteriormente. Caberia pois examinar os dados básicos propostos pelo Plano Nacional de Estatística para verificar sua adequação à estimativa dos componentes de gasto global: de consumo-privado e público-investimento-fixo e em estoque, privado e público - e o volume de importações e exportações. Para cada um deles dever-se-á determinar independentemente um índice de preços, preferivelmente com a ponderação do ano corrente, para deduzir-se as desejadas séries de produto em preços constantes.<sup>(xx)</sup>

Os dados referentes a exportações e importações atualmente disponíveis satisfazem tôdas essas condições. As informações em cruzeiros são prontamente acessíveis, e a elaboração dos índices de quantidade correspondentes não apresenta problema. Estes foram calculados durante alguns anos pelo IBGE.<sup>(xxx)</sup> As séries do consumo e de investimento públicos são da mesma maneira exequíveis, desde que o programa de estatísticas básicas exija receitas e despesas em todos os níveis governamentais apropriadamente classificadas. Um esforço especial terá de ser feito para evitar-se atraso, pois os resultados do setor público geralmente aparecem depois de considerável lapso de tempo. Mesmo assim, necessitam, com freqüência, aos níveis estaduais e locais, da aplicação das proporções orçamentárias de consumo e investimento nas despesas totais, por não se dispor de dispêndio efetivo. É talvez supérfluo acrescentar que um conhecimento rápido e detalhado das contas governamentais é especialmente desejável porque representa um dos instrumentos-chave do planejador. Portanto, parece não ser suficiente pretender -- como faz o Plano -- apenas a coleta de dados anuais. Para alguns

(xx) Como é sabido, uma série de valores correntes é descrita como o produto de um índice de quantidade de Laspeyres e um índice de preços de Paasche.

(xxx) Deve-se observar que os índices de quantidade da Conjuntura Econômica são menos satisfatórios, porquanto são calculados com uma amostra menor e em base móvel. Assim, nas estimativas de despesas reais do Plano Trienal os índices do IBGE substituem os da Conjuntura usados nas estimativas similares da FGV.



estados e municípios mais importantes, que representam parcela preponderante da despesa, um prazo mais curto deveria ser possível. Uma vez que as receitas da União representam somente cerca de 50 por cento do total das receitas do Governo, torna-se patente a necessidade de assegurar a tempo informação sobre o resíduo.

Dada a possibilidade de determinar-se os dispêndios correntes, há necessidade de deflatores apropriados. No caso de consumo público, uma proporção considerável de dispêndios constituem pagamentos diretos de salários e vencimentos. Há pouca alternativa prática quanto à sua deflação por um índice de salários, embora esta contenha duas possibilidades de erro. Na medida em que os salários reais crescentes refletem um maior nível da produtividade dentro do setor, a taxa de crescimento do produto nacional estará subestimada. Por outro lado, se as remunerações são, em proporção cada vez maior, transferências de renda, mantendo a ficção de emprêgo, o aumento da produção estará correspondentemente exagerada. Para a compra de mercadorias, um índice ponderado de preços apropriado -- tipo Paasche -- seria desejável, mas poucos sistemas de contas nacionais têm sido tão rigorosos. Há, portanto, a possibilidade de usar ponderações setoriais do consumo governamental a tabela de insumo-produto derivada dos dados do censo de 1960. Os preços relevantes poderiam ser obtidos de séries industriais básicas, talvez com margens de comercialização diferenciadas por setor.

O deflator de preços para investimento fixo de governo é, da mesma forma, uma função de sua composição. Conseqüentemente, o detalhamento da despesa, requerido para o setor público, exige mais do que uma simples separação em despesas de custeio e de capital, sendo necessário especificar o tipo do dispêndio de capital. Dada a estrutura normal de gastos de setor público em investimento, o setor de construção terá, peso importante. Um problema análogo ao do setor de serviços deve ser enfrentado -- a necessidade de usar um índice de preços de insumos para deflacionar o produto -- e a mesma tendenciosidade decrescente na ocorrência de variação da produtividade. Apesar disso, um índice de preços apropriado para o setor de construção pode ser deduzido, ponderando-se os salários, pela proporção da folha salarial no custo total, é utilizando este mesmo processo para os outros insumos. Toda essa informação básica deve estar disponível; mesmo que alguns investimentos do governo sejam contratados

3 28

informações necessárias não sejam indicadas diretamente nas contas, a pesquisa -- programada no Plano -- sobre as firmas de construção deve permitir que essa lacuna seja preenchida. Para a deflação do equipamento, a principal dificuldade será o nível do detalhe para permitir a elaboração de um índice exato. Mesmo com categorias agregadas é importante distinguir as fontes de suprimento -- externas e internas -- a fim de se obter um índice representativo.

Adicionalmente, existem aquisições públicas de mercadorias agrícolas que constituem variação de estoques. Esses prestan-se à elaboração de um índice de volume físico bem como o cálculo em valores correntes, de maneira a tornar fácil a obtenção das contas nacionais tanto reais, como nominais. O que é importante é assegurar que, as contas do Banco do Brasil, e de outros órgãos governamentais responsáveis, forneçam as quantidades e valores requeridos.

As duas grandes categorias restantes são as de consumo privado e investimento.<sup>(x)</sup> Ambas são estimadas atualmente como resíduo e seu cálculo direto representará uma das grandes realizações do novo plano estatístico. Não há razão por que as séries básicas programadas não tornem isso possível, bastando para isso algumas ligeiras modificações.

O método mais comum, quanto ao consumo, é o de medir o fluxo de mercadorias para o usuário. Os produtos agrícolas podem ser definidos como produtos alimentícios ou matéria prima intermediária, sem dificuldade maior, sendo os primeiros os que interes-sam ao medir-se o consumo. Já que a maioria dos produtos agrícola-s pass por algum estágio de processamento industrial, as estatís-ticas industriais correspondentes apresentam estimativas de produção. Adicionalmente, seria possível exigir uma discriminação bruta dos insumos agrícolas para a indústria, que somados às exportações primárias, forneceriam o total de matérias-primas agrícolas

---

(x) Os investimentos das empresas mistas poderão ser obtidos através de relatórios diretos e classificados separadamente, conforme considerado no Plano das Estatísticas Básicas.

e como resíduo o consumo aparente de produtos do setor. Se bem que uma lista completa de insumos, de cinco em cinco anos, seja considerada pelo Plano, uma classificação anual mais simples, e que servisse aos requisitos de uma matriz agregada de insumo-produto, seria de extremo valor.

A produção de bens de consumo originários do setor agrícola pode ser medida com razoável precisão. No caso da indústria, uma classificação desagregada de produto não é tão fácil, sendo indispensável, portanto, o conhecimento do destino do produto seja aos consumidores finais, seja a outras firmas industriais, seja ao setor comercial. Já que informações extensivas referentes ao Comércio são consideradas pelo Plano em base anual, tal detalhamento possibilitaria a elaboração de um sistema estatístico interrelacionado, com uma variedade de controles internos, e simultaneamente uma matriz agregada de transações. Para este propósito sugere-se como fonte suplementar e/ou básica as atuais séries de estatísticas fiscais.

Para chegar da produção dos bens ao seu consumo final, requer-se uma estimativa para a margem de comercialização e para a variação de estoques. Ambas podem ser deduzidas de séries básicas a serem coletadas, apenas ligeiramente modificadas. Seria necessária a coleta de dados de compras e vendas de estabelecimentos comerciais classificadas por grupo de produto e estoque iniciais e finais,<sup>(x)</sup> bem como informações similares sobre a variação de estoques por estabelecimento produtor. Isto permite simultaneamente com a determinação do consumo a estimativa da acumulação de estoques.

A categoria final do consumo obviamente a mais difícil de ser obtida, é representada pelos serviços. Isto é, em parte, devido à sua heterogeneidade, pois abrange desde os vários tipos de serviços pessoais até alugueis. Uma simples coleta anual de dados, não conseguirá cobrir inteiramente as despesas, que somente poderão ser supridas decenalmente através dos Censos. Em

---

(x) Note-se que o Censo Comercial e de Serviços de 1960, infelizmente não publicou informações sobre custo de mercadorias compradas, tornando, assim, impossível o cálculo das margens de comercialização.

grande parte, portanto, ter-se-á que depender de estimativa indireta. Para serviços pessoais, por exemplo, isso significa usar principalmente informações sôbre salários pagos e mão-de-obra empregada no setor, como agora considerados no Plano. Para os alugueis, isso implica numa combinação de índices de aluguel e de moradias alugadas, que, apesar de não estarem sendo considerados atualmente, são exequíveis. Informações sôbre quantidade e qualidade das novas construções poderão ser obtidas com base nos planos atuais, requerendo-se, então, a determinação de um estoque de construções de uma taxa de depreciação. Em qualquer caso será necessário coletar informações sôbre alugueis, para elaborar o índice do custo de vida projetado. Os serviços financeiros conduzem a certas dificuldades adicionais, devidas ao contexto inflacionário, sendo prática comum imputar a diferença entre renda recebida de investimentos e juros pagos aos depositantes, alguns dos quais são famílias, como custo dos serviços. Mas quando os depositantes já estão implicitamente pagando por tais serviços uma taxa de juros real negativa, parece melhor distribuir a carga adicional aos que tomam os empréstimos representados em grand maioria por emprêsas. A diferença é entre consumo final e insumos intermediários. Para decidir sôbre a alocação correta é preciso conhecer o montante de saldos familiares, que a coleta antecipada de dados prevista no Plano não pretende incluir. Seria conveniente, com múltiplas finalidades, examinar o critério de pelo menos uma pesquisa cada dois anos, definindo a distribuição dos ativos financeiros.

Sem entrar em maiores detalhes, é já evidente que a estimativa de consumo de serviços exigirá tanto engenho como também envolverá uma coleta de informações mais extensiva do que a planejada. Já que os dados são essenciais não somente para o cálculo das contas nacionais, mas também para uma análise séria do setor de serviços, alguma prioridade deve ser dada ao esforço na sua obtenção.

Embora a inclusão do setor serviços traga algumas dificuldades práticas, a elaboração de deflatores de preços para o consumo não envolve problemas conceituais que já não tenham sido tratados, podendo-se passar agora diretamente ao cálculo do investimento privado.

As séries incluídas no Plano compreendem informações anuais sobre a formação do capital fixo em tôdas as indústrias e em esta beledimentos comerciais e de serviços transportes e comunicações, nas apenas de cinco em cinco anos para a agropecuária, e de dois em dois anos para a indústria da pesca. Essas últimas exceções limitam a capacidade de estimar o investimento privado não-residencial pela ótica do gasto. Embora seja possível estimar a produção doméstica de bens de capital e sua importação, e, portanto, o investimento na indústria e em outros setores, o método não se aplica bem à agricultura, pois faz-se uma quantidade substancial de investimento sob a forma de preparo e melhoramento do solo, irrigação, e aumento dos rebanhos.<sup>(x)</sup> Das séries básicas já incluídas no Plano, nenhuma dessas informações estaria facilmente disponível, devendo maior atenção ser dada ao investimento agrícola.

Por outro lado, parece que há elementos suficientes para estimar outro importante componente do investimento privado: a construção residencial. Se bem que não disponível como soma de despesas individuais, há, pelo menos três métodos independentes de determiná-lo. O primeiro, através do índice de área licenciada multiplicado por um índice de valor; o segundo pela subtração do fluxo de materiais de construção daqueles usados no investimento industrial, governamental e agrícola, acrescentando a este resíduo o valor adicionado médio por unidade de material; o terceiro, pela determinação do volume de financiamento para construção residencial, disponível em instituições financeiras. Todos os três métodos dependem de novas séries do Plano de Estatísticas Básicas. O primeiro depende de índices mais representativos de área licenciada e de valor médio, o segundo, da discriminação dos tipos de investimentos não residenciais por categoria, e o terceiro, de uma desagregação dos empréstimos por instituições financeiras.

A formação total de capital fixo privado, assim obtida, terá de ser acrescida pela acumulação de estoques. Alguns dos problemas que serão provavelmente encontrados já foram menciona-

(x) Será necessário, obviamente, calcular o fluxo de bens de capital, acrescido de uma margem de comercialização, para verificar os gastos totais em investimentos.

dos em discussões anteriores sobre consumo. Um outro problema adicional reside na avaliação consistente de estoques, seja a custos correntes, seja a custos históricos. Numa situação inflacionária, os dois são obviamente diferentes, e cada um exigirá um tratamento distinto na preparação das séries em cruzeiros, seja correntes, seja constantes.

Resta a determinação do deflator. O método já foi considerado na discussão do investimento governamental. É necessário somente enfatizar as vantagens de cálculo direto em vez do cálculo implícito que constitui a prática atual.

### III

Esses comentários têm considerado a relação entre os dados básicos a serem coletados e seu uso na elaboração de estimativas de contas nacionais em termos reais e monetários. Resumindo, as sugestões mais gerais poderiam ser as seguintes: maior esforço na determinação do produto nacional pelas óticas da despesa e da produção; determinação do produto real tanto pela deflação de despesas correntes quanto pelos índices de produto físico; substituição dos índices em cadeia por índices de base fixa; redefinição do conceito de serviços reais. Essas modificações exigem, por sua vez, uma série de emendas detalhadas nas séries básicas a serem coletadas.

Mas é antes talvez o método de abordar a questão, do que as variações específicas resultantes que deveriam receber maior atenção. O que, aparentemente, aconteceu com o Plano Estatístico, foi a avaliação independente da conveniência de certas séries básicas e outras estatísticas derivadas, sem interligação suficiente entre as mesmas. Enquanto as séries básicas têm evidentemente um certo interesse intrínseco, é a necessidade delas para a construção de estatísticas derivadas que as reveste de considerável importância. A seqüência lógica, portanto, é partir das estatísticas derivadas em direção aos dados básicos, com vistas a melhorar os atualmente existentes e acrescentar os que se façam necessários. O que foi feito de um modo rápido e impressionista, para as despesas das contas nacionais deve ser, obviamente, mais aprofundado e estendido tanto à renda como às contas de produção, aos vários índices de pre-

ços, aos balanços financeiros, etc. Não é claro no momento, por exemplo, como o Plano prevê a ampliação da composição dos índices de preços; assim como não há indicação de nenhuma nova série básica ou alteração de base de amostragem.

Tão pouco há evidência de que suficiente atenção tenha sido dispensada à manipulação estatística das séries derivadas, uma vez obtidas. Há, por exemplo, a necessidade de eliminar fatores sazonais de duração menor do que um ano, como por exemplo no índice de produção industrial, no índice do custo de vida, no índice de preços por atacado, etc. Se bem que medidas de política econômica já atenuem essas bem conhecidas regularidades, como no caso da maior expansão dos meios de pagamento em dezembro, do crescimento mais lento da produção industrial em janeiro e fevereiro, etc., seria importante que este fenômeno se refletisse mais objetivamente nos índices.

Este documento aproveita o ensejo da realização da I CONFEST para levantar alguns pontos que julga de extrema relevância para a reformulação das Estatísticas Básicas no Brasil, propósito maior desta conferência. Na verdade, todos os participantes estão cientes, não somente da necessidade de ampliar a informação estatística disponível, mas também de melhorar sua qualidade nas várias áreas-problema existentes; todos estão desejosos de reduzir a grande duplicação de esforços e de aumentar a coordenação entre a coleta primária de dados e a construção das estatísticas derivadas. Mesmo com a efetivação de todos esses melhoramentos indispensáveis que resultariam em uma base estatística adequada, não devemos nos iludir com as conseqüências: as informações representam condição necessária mas não suficiente para um planejamento econômico mais eficiente.